

Com António Pinto Leite, Rosário Carneiro e Margarida Cordo

Olhar sobre a família encerra conferências no Vita

O Auditório Vita, em Braga, recebe hoje mais uma conferência do ciclo "Olhares sobre", subordinada ao tema "Família", que terá início pelas 21h00, e que encerra o ciclo de debates promovido pela "Nova Ágora", plataforma da Arquidiocese de Braga.

A conferência «irá abordar temas como o divórcio, a adoção por parte de casais homossexuais, a violência no seio familiar, e a queda da natalidade e o envelhecimento da população», contando com a participação de António Pinto Leite, presidente da Associação Cristã de Em-



António Pinto Leite, Rosário Carneiro e Margarida Cordo encerram o ciclo de conferências



presários e Gestores (ACEGE); de Rosário Carneiro, ex-presidente da Comissão Parlamentar para

a Igualdade de Oportunidades e Família, e da psicóloga Margarida Cordo.

António Pinto Leite li-



cenciou-se em Direito, em 1979, e exerce advocacia desde 1982. Foi presidente do Conselho Diretivo da

Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, entre 1985 e 1993. É membro do Comité Português da Câmara de Comércio Internacional, co-presidente do Conselho de Administração da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, e presidente da Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Margarida Cordo é licenciada em Psicologia e mestre em Terapia Familiar e pós-graduada em Psiquiatria Forense e em Recuperação de Dependências Químicas. É autora do livro "Reabilitação de Pes-

soas com Doença Mental".

Rosário Carneiro é licenciada em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. É assessora do Ministério da Educação e foi assessora dos secretários de Estado da Investigação Científica, Ensino Superior e Família, de 1979 a 1983. Foi eleita deputada da Assembleia da República nas listas do PS, entre 1995 e 2009 e presidiu à Comissão Parlamentar para a Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família, em 1998.

Pontos de Vista

Olhar sobre a Família: Pensar o Futuro, no Presente

Nenhum país, nem nenhum sistema político pode pensar o seu próprio futuro se não pensar na unidade básica da que procede a sociedade humana. A família é esta unidade sobre que assenta a estrutura social e não é uma invenção das sociedades modernas, ela, segundo testemunhos históricos, sempre existiu em todos os povos e épocas. É, por isso, considerada como o núcleo mais protetor do indivíduo, já que é nela que, em regra geral, a pessoa cresce, desenvolve a sua forma de ser, forma a consciência da "norma", aprende padrões de conduta, ganha sentido crítico, trabalha os seus afetos, etc., experiências estas que constituem a família como uma comunidade natural de desenvolvimento integral da identidade da pessoa. Neste contexto, a categoria de relação, trabalhada desde o início na família e pos-

teriormente na escola, é seguramente determinante para se compreender a identidade do indivíduo.

Porém, se a família é a célula básica da sociedade, e se funciona como uma comunidade social, porque é que é tão menosprezada? Uma sociedade com aversão à família parece-se com um arquiteto que projeta uma moradia, mas que não se incomoda nada com o lugar onde vai ser implantada. A construção, neste caso, pode correr mal!

As sociedades avançadas, onde se insere Portugal, podem arquitetar políticas de grande bem-estar, mas se as bases não estiverem bem alicerçadas o projeto pode perder-se e tornar impossível qualquer futuro. Há que saber, portanto, antecipar o futuro, ter capacidade prospetiva e aí estará o ganho social.

Ter cuidados preventivos apresenta, de resto, enormes vantagens tanto

sociais como económicas, já que em todos os seus passos há uma ideia de futuro que o presente não pode negar. Por isso, de olhos bem abertos, atendamos à forma como a sociedade contemporânea se organiza e vejamos se aí há espaço para se pensar a família. Para não nos estendermos, atendamos a quatro pontos de análise:

Vivemos numa sociedade inteligente, processual, baseada no conhecimento, que não se fundamenta num modelo histórico homogéneo de ser. Esta forma de procurar viver está a dar origem a um novo paradigma humano, baseado no conhecimento. A sociedade do conhecimento, que forja identidades inteligentes, pressupõe uma natureza humilde para reconhecer o desconhecido, porque nós não sabemos como funcionam as coisas e isto absorve o ser humano. A procura deste conhecimento se por

um lado conduz ao avanço científico, por outro provoca muita ansiedade no ser humano, pelo que ele vive em constantes estados de inquietação.

O segundo ponto alude a uma sociedade insegura. O que vivemos, vivemos em segunda mão. Alguém sabe, mas nós não sabemos. Esta insegurança provém da proximidade do futuro com que hoje se vive no presente. Antigamente o futuro (que por definição é incerto) era distante, mas hoje aproximou-se do presente, esmagando-o e tornando-o incerto. Daí que vivamos demasiadamente fragmentados, cheios de incerteza mesmo em relação ao momento presente. E o resultado desta identidade é uma vida frutiva, gozadora, que dogmatiza o prazer, mas profundamente insatisfeita. Tal facto, leva Lypovetsky a falar de deserção do social, ao esvaziar de sentido os la-

ços sociais e familiares.

O terceiro ponto relaciona-se com as redes, pelo que em rede, por um lado ganhamos proximidade, por outro ganha-se maior consciência da ignorância. E se a rede veio abrir e aproximar as famílias, veio também, como é natural, suscitar novos encontros.

No quarto ponto apresenta uma identidade híbrida, que vai à procura e que recebe sem fazer história. Daí que sejamos imigrantes, peregrinos sem rumo. Como refere Amin Maalouf no livro *Mundo sem regras*, "só quando acreditarmos na aventura comum podemos dar um sentido aos nossos itinerários específicos".

Posto isto, depois de apontar alguns traços que matizam a nossa sociedade, compreende-se que a família esteja em reconfiguração, como estão, de resto, em mutação todas as outras instituições. É normal que as instituições, en-

tre elas a família, se adaptem aos tempos em que estão inseridas. Lembremos que até há bem poucos anos atrás, a mulher atendia de forma brilhante ao trabalho doméstico e cuidava diligentemente dos filhos, mas não participava em pé de igualdade no processo de tomada de decisões. Ora este processo, em jeito de exemplo, veio por si só reconfigurar a família. Portanto, o problema não está na adaptação da família aos tempos modernos, é bom e necessário que isso aconteça; o problema está, a nosso ver, na cultura que não valoriza nem reconhece a família, é uma cultura demasiado míope, sem horizonte e, neste contexto, sem sentido de responsabilidade pelo dia de amanhã. E, pergunta o leitor, não teremos o futuro nas nossas mãos? Teoricamente, sim, mas, em boa verdade, no sentido global,

Cont. na pág. 7

Cont. da pág. 6

temo que não. A nossa vida e o nosso horizonte estão a ser governados pelos mercados e nós por aí vamos, assumindo o princípio perverso de não sermos construtores do nosso próprio mundo. Veja-se o tempo que os pais dedicam aos filhos, o marido à esposa e vice-versa! Veja-se não só a quantidade de tempo, mas a sua qualidade. As coisas, se quisermos, tendem a complicar-se e muitos exemplos não que nos falam da desfragmentação da família.

Sartre dizia que o homem estava condenado à liberdade. Nos tempos de hoje, estamos condenados à decisão. Temos que decidir se queremos ou não a família, ou, de outra forma, decidir se queremos ou não um futuro. Beck diria, “a partir de agora, a não decisão só é possível com decisão”. Ortega y Gasset refere que viver é ver-se a cada instante obrigado a decidir o que vamos fazer, portanto, a ser imediatamente futuro. A vida não é dada já feita, temos que a fazer, já que o espírito do homem é ser coautor da vida, decidindo momento a momento. E o momento que vivemos exige mais futuro no presente, impõe políticas que ajudem a promover a família.

Não falamos aqui, como se esperaria, do problema demográfico, não porque ele não seja uma grande preocupação, mas porque o entendemos como consequência desta cultura. E como dizia Arthur Koestler, “as estatísticas não sangram”. Os núme-

ros não captam a angústia das crianças, o sofrimento dos divórcios, o pânico de quem é abandonado, o medo de quem não tem visitas no lar, enfim, há muito a fazer se quisermos ter futuro.

O problema da família é como uma moeda. Tem duas faces. Numa face, encontram-se as pessoas que optam por si, pelo seu prazer, o seu trabalho, a sua beleza, mas que no final da vida poderão estar sós; na outra face, as pessoas que se entregam aos outros, aos filhos, que brincam e crescem com eles e que, no final da vida, poderão ter o seu amor, a sua companhia e proteção. A sociedade, e cada um em particular, terá que fazer a sua opção, mas acredito que as políticas que envolvem a família exigem um sentimento de decisão partilhada, cujos laços a todos nos deve comprometer.

Do exposto, fica a ideia de que o presente – com todas as suas potencialidades – tornou-se tirânico, expôs a ridículo o futuro, desvalorizando o papel da família. O presente tem que ser mais amigo do futuro. Como explicar esta questão aos políticos e às pessoas em geral? Respostas presentistas que não alterem padrões de comportamentos apenas servem para pavimentar estradas de ansiedade. E o que nós precisamos é de esperança, de políticas que valorizem a família, que não são mais do que formas de pensar o futuro, no presente, a longo prazo.

Eduardo Duque,
Coordenador da Nova Ágora
e Professor da UCP

Exploradora de estacionamento acusada de violar a lei Empresa privada tenta cobrar receitas do Município de Braga

JOAQUIM MARTINS FERNANDES

O presidente da Câmara Municipal de Braga acusou ontem a empresa que ganhou a concessão da exploração do estacionamento nas ruas de Braga de pretender apropriar-se de receitas do município, ao notificar cerca de 40 mil automobilistas para o pagamento de taxas e coimas por estacionamento irregular em zonas de parquímetros. Depois de ter notificado a empresa privada para parar com a «ilegalidade», Ricardo Rio fez saber que a ESSE – Estacionamento à Superfície e Subterrâneo foi ao ponto de pretender penalizar duas vezes os automobilistas pela mesma infração, intimando-os a pagar coimas por processos que já estão a ser tratados pela Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária.

«Num passado recente, chegámos a admitir a possibilidade de adotar um modelo semelhante a este, mas esse modelo carceraria sempre de uma revisão do regulamento de estacionamento à superfície. Como não houve essa alteração regulamentar e como aquilo que está estabelecido no contrato de concessão não está conforme com aquilo que a ESSE pretende fazer, obviamente consideramos que não é legítimo o que a empresa está a fazer», afirmou ao



AVELINO LIMA

ESSE está a enviar dezenas de milhares de notificações ilegais para pagamento de coimas

Diário do Minho o presidente da Câmara Municipal de Braga.

Ricardo Rio, que falava à margem da primeira sessão pública de apresentação do Orçamento Participativo para 2016, foi mais longo e acrescentou que «algumas dessas cobranças são de tal forma abusivas, que até dizem respeito a processos [de estacionamento indevido] que deram origem a processos de contraordenação e que já correm termos em sede de Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária».

Fazendo saber que a própria Câmara Municipal informou a empresa que explora o estacionamento nas ruas de Braga de que reserva-se o direito de «ser ressarcida de cobranças indevidas que a

ESSE esteja a fazer neste momento», o autarca bragarense assegurou que a decisão foi tomada com suporte jurídico. «Quer os advogados do Município de Braga quer os advogados que assessoram a autarquia nos vários contratos de concessão, todos são unânimes em considerar que esta atitude da ESSE é ilegal, ilegítima e que viola as normas do contrato de concessão da exploração do estacionamento [regulado por parquímetros]», defendeu Ricardo Rio.

O autarca considera que, «neste caso, houve uma atitude irrefletida por parte da ESSE de, abusivamente, tomar esta iniciativa, porventura mal informada». O edil espera agora «que a empresa se retrate perante os cidadãos

e volte atrás na posição que tomou». Rio assume que a carta endereçada a empresa é «uma notificação formal para repor a legalidade» e adverte que a Câmara Municipal de Braga «equacionará todas as possibilidades de atuação, em função da posição que for assumida pela ESSE».

Rio sublinha que «a ESSE está obrigada a remeter à Câmara Municipal de Braga as notificações [de falta de pagamento do estacionamento] no prazo de oito dias. Por sua vez, a Câmara remete todos os autos para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, para que aí, e nos termos de algumas decisões judiciais que foram tornadas públicas, sejam desencadeados os processos de contraordenação».

Estilhaços

"ESTILHAÇOS CINEMÁTICOS"

CINE CONCERTO

21 Mar

Sábado, 21h30, SP

10€ / Cartão Quadrilátero: 5€ M6

Av. da Liberdade, 687 | 4710-051 Braga
Info e Reservas: Tel. 253 203 830
Info: theatrocirco@theatrocirco.com
Reservas: reservas@theatrocirco.com
www.theatrocirco.com